



ESTUDOS DE AVALIABILIDADE DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAÚDE NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

STUDIES ON THE EVALUABILITY OF HEALTH POLICIES AND PROGRAMS IN BRAZIL: INTEGRATIVE REVIEW

ESTUDIOS DE EVALUABILIDAD DE POLÍTICAS Y PROGRAMAS DE SALUD EN BRASIL: REVISIÓN INTEGRADORA

Eduardo Carvalho de Souza ¹

José Maria Ximenes Guimarães ²

Maria Rocineide Ferreira da Silva ³

RESUMO

.....

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que analisa estudos de avaliabilidade (EA) de políticas e programas de saúde desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). As evidências foram constituídas por meio de publicações em periódicos indexados, disponíveis nas bases de dados Lilacs, MedLine, SciELO e PubMed, considerando o recorte temporal de 2006 a 2016. Observou-se que as pesquisas foram realizadas em 3 regiões do Brasil, com destaque para o Nordeste e o Sudeste, com incremento nos últimos 5 anos. Os estudos foram realizados com base em modelos teórico-metodológicos distintos, com predominância da proposta de Wilfreda E. Thurston e Anila Ramaliu. No entanto, constatou-se que alguns estudos não desenvolveram todas as etapas do modelo adotado. Por outro lado, aqueles que implementaram todas as etapas oferecem melhores possibilidades para a construção do plano de avaliação. Considera-se o EA um potencializador da avaliação, porém, ainda existem poucos estudos que abordam esse método no Brasil.

.....

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Programas de Saúde; Avaliação em Saúde; Sistema Único de Saúde.

1. Enfermeiro. Aluno de Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Picos (PI), Brasil.

2. Enfermeiro. Doutor em Saúde Coletiva pela UECE. Professor no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde da UECE. Fortaleza (CE), Brasil.

3. Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora no Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos e Saúde da UECE. Fortaleza (CE), Brasil.

ABSTRACT

This is an integrative literature review that analyzes evaluability studies (ES) on health policies and programs developed within the Brazilian National Health System (SUS). Evidence was constituted by publications in indexed journals, available on the databases LILACS, MedLine, SciELO, and PubMed, considering the time frame from 2006 to 2016. We found that the studies have been carried out in 3 Brazilian regions, with an emphasis on the Northeastern and Southeastern Brazil, showing an increase within the last 5 years. The studies were conducted by having various theoretical-methodological models as a basis, with predominance of the proposal by Wilfreda E. Thurston and Anila Ramaliu. However, we found that some studies have not followed all the steps of the adopted model. On the other hand, those that have implemented all the steps offer better possibilities to build the evaluation plan. The ES is regarded as an assessment enhancer, but there are still few studies that address this method in Brazil.

Keywords: Public Health Policies; Health Programs; Health Evaluation; Brazilian National Health System.

.....

RESUMEN

Esta es una revisión integradora de la literatura que analiza estudios de evaluabilidad (EE) de políticas y programas de salud desarrollados dentro del Sistema Nacional de Salud brasileño (SUS). Las evidencias fueron constituidas por medio de publicaciones en revistas indexadas, disponibles en las bases de datos LILACS, MedLine, SciELO y PubMed, considerando el marco temporal de 2006 a 2016. Se observó que las investigaciones se han llevado a cabo en 3 regiones brasileñas, con un énfasis en el Nordeste y el Sudeste de Brasil, con un aumento en los últimos 5 años. Los estudios se realizaron teniendo como base varios modelos teórico-metodológicos, con predominio de la propuesta de Wilfreda E. Thurston y Anila Ramaliu. Sin embargo, se constató que algunos estudios no han seguido todos los pasos del modelo adoptado. Por otro lado, aquellos que han implementado todos los pasos ofrecen mejores posibilidades para construir el plan de evaluación. El EE se considera un potenciador de la evaluación, pero todavía hay pocos estudios que abordan este método en Brasil.

Palabras clave: Políticas Públicas de Salud; Programas de Salud; Evaluación en Salud; Sistema Nacional de Salud Brasileño.

.....

INTRODUÇÃO

A avaliação é um conceito fundamental do pensamento, pois possibilita análises situadas em todas as áreas do conhecimento e tomadas de decisões informadas. Ela está presente em todas as áreas do campo acadêmico e da experiência humana e visa a garantir a todos os cidadãos que os bens e serviços de que necessitam sejam de boa qualidade e não ponham em risco quaisquer direitos difusos ou coletivos, como a saúde e a segurança¹.

A avaliação tem potencial de mobilização interna, no sentido da coordenação de esforços de todos os envolvidos, e de mobilização externa, destinada a conquistar espaços de viabilidade e credibilidade para as ações. O fato é que todos participam de algum modo de procedimentos que têm por foco a verificação de resultados, o alcance de objetivos, a aferição de conhecimentos etc. e, em razão deles, os cidadãos se organizam socialmente, o que constituiu a trajetória histórica da humanidade. Admitir esse aspecto é o primeiro passo na construção de uma avaliação que leve em conta os sujeitos que participam dos processos^{2,3}.

Há diversas possibilidades de definir a avaliação, que podem decorrer dos vários sentidos atribuídos na literatura por autores situados em diferentes locais do espaço social. Os

múltiplos pontos de vista acerca da avaliação e seu extenso espectro no que se refere aos objetivos e aos métodos podem ser resumidos em uma definição: a avaliação é um dos tipos de julgamento das práticas sociais⁴.

Avançando nessa discussão, afirma-se que a avaliação apresentou considerável crescimento no final do século XX, tanto em termos científicos como no que tange à sua institucionalização. No campo da saúde, a avaliação pode gerar informações para a melhoria das intervenções em saúde e, ainda, para o julgamento da cobertura, do acesso, da equidade e da efetividade, entre outras dimensões passíveis de mensuração nesse campo⁵.

A avaliação em saúde é extensa e complexa, pois contempla diversos aspectos e realidades intrínsecas a diferentes dimensões organizacionais, que podem estar relacionadas aos serviços de saúde, aos profissionais, aos usuários etc. Destaca-se nesse âmbito a avaliação de programas, que, por sua vez, torna acessíveis aos cidadãos a informação e as evidências que levam seu funcionamento a ser mais transparente, proporcionando respostas a problemas existentes ou emergentes e indicando se um programa ainda faz sentido⁶.

Esse tipo de avaliação contribui diretamente com o aprimoramento de um programa e as medidas políticas

associadas a ele, acompanhando e monitorando seu desempenho, sua eficiência e sua eficácia, além de identificar obstáculos à sua concretização e à obtenção de resultados satisfatórios. Observa-se, assim, a eventual necessidade de desenvolver novos programas⁶.

Nos dias atuais, a avaliação é aplicada como forma de organizar a gestão. Todavia, o exercício da avaliação no planejamento, na implementação e no monitoramento dos serviços públicos foi tardiamente inserido no contexto brasileiro, associando-se apenas à necessidade de supervisionar os investimentos por parte dos financiadores de órgãos internacionais⁷.

No âmbito da saúde pública, mostra-se importante que antes de iniciar a avaliação sistemática de uma política ou um programa seja realizado um estudo exploratório da situação concreta, isto é, a prévia da avaliação propriamente dita – como é o caso do estudo de avaliabilidade (EA)⁴.

O EA consiste em um conjunto de procedimentos que precedem o processo de avaliação; é considerado fundamental para a caracterização dessa etapa, apontando sua utilidade e oportunidade.

O EA, também denominado estudo pré-avaliativo (anglicismo que corresponde ao exame sistemático e preliminar de um programa), é utilizado em termos teóricos e práticos para determinar se há justificativa para uma avaliação extensa, com vistas a delimitar com precisão os objetivos do programa/projeto, bem como desvelar áreas críticas que demandam foco e atenção⁴.

As justificativas elencadas para a realização do EA são comuns àquelas da análise estratégica e lógica relativa à teoria do programa. Os focos do EA incorporam elementos da análise estratégica e lógica, tais como: 1) identificar se os objetivos do programa estão claramente formulados; e 2) analisar as relações entre os problemas, os objetivos e as atividades⁴.

Assim, mostra-se necessário evoluir no contexto de maior institucionalização das avaliações – não só no plano administrativo, fiscalizatório ou burocrático-formal, mas no plano formativo, que vise a incorporar o uso dos resultados obtidos para eventuais mudanças de rumo, reajustes e melhorias das políticas públicas, e o controle social das intervenções realizadas⁸.

Esta pesquisa teve por objetivo: Analisar estudos de avaliabilidade desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), publicados em periódicos indexados no período de 2006 a 2016.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método cuja finalidade é reunir e sintetizar resultados de pesquisas

...mostra-se necessário evoluir no contexto de maior institucionalização das avaliações...

sobre determinado tema. De modo sistemático e ordenado, busca-se contribuir com o aprofundamento do conhecimento acerca do tema em questão, o que possibilita a indicação de novos objetos de estudo a partir das lacunas identificadas⁹.

Esta revisão integrativa da literatura adotou a seguinte questão norteadora:

- Como têm sido operacionalizados os estudos de avaliabilidade no SUS, com vistas à construção de propostas e/ou modelos de avaliação de políticas e programas de saúde?

A busca dos artigos ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio do descritor não controlado *avaliabilidade* e do descritor controlado *saúde* – separados pelo conectivo booleano *and*. As bases de dados selecionadas foram: 1) Lilacs; 2) MedLine; 3) SciELO; e 4) PubMed.

Os critérios de inclusão adotados foram: 1) pesquisas completas disponíveis nas bases de dados; 2) texto em português; 3) o Brasil como país de afiliação; 4) publicações nos últimos 10 anos na data de realização da pesquisa (2006-2016). Os critérios de exclusão foram: 1) estudos duplicados; 2) estudos de revisão; 3) ensaios teóricos; 4) estudos de avaliabilidade de políticas e programas fora do setor saúde.

Ao final da busca nas bases de dados da BVS, 11 artigos atenderam todos os critérios de inclusão. A análise de dados foi descritiva, com estudos divididos em 2 categorias: 1) Extrato das publicações dos estudos de avaliabilidade e sua utilização no SUS; e 2) Estudos de avaliabilidade e contribuições para modelos avaliativos de políticas e programas de saúde. Para melhor compreensão, os resultados análises são apresentados em quadros e discutidos à luz da literatura pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Extrato das publicações dos estudos de avaliabilidade e sua utilização no SUS

As pesquisas foram realizadas em 3 regiões do Brasil, contemplando 6 estados, com destaque para o Rio de Janeiro (maior número de publicações que utilizaram o EA como método). Vale ressaltar que as regiões Norte e Sul não apresentaram nenhuma publicação nas bases de dados por meio dos critérios adotados.

Quadro 1 – Publicações que utilizaram o estudo de avaliabilidade no SUS de 2006 a 2016. Fortaleza, 2017.

Região	Estado	Quantidade de artigos
Nordeste	Pernambuco	2
	Ceará	1
	Bahia	1
	Rio Grande do Norte	1
Sudeste	Rio de Janeiro	5
Centro-Oeste	Goiás	1
TOTAL		11

Fonte: Elaborado pelos autores.

As publicações se referem a 6 periódicos diferentes, com destaque para a revista *Ciência & Saúde Coletiva* (3 artigos). No que se refere à classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em Saúde Coletiva, nenhum estudo apresentou Qualis A – prevaleceu o Qualis B1 (5 artigos). O Quadro 2 indica as revistas, a quantidade de artigos e suas respectivas classificações no Qualis da Capes.

Quadro 2 – Publicações segundo periódico e Qualis da Capes em Saúde Coletiva. Fortaleza, 2017.

N	Revista	Quantidade	Qualis
1	Ciência & Saúde Coletiva	3	B1
2	Saúde em Debate	2	B2
3	Revista Baiana de Saúde Pública	2	B3
4	Physis	1	B1
5	Cadernos de Saúde Coletiva	2	B2
6	Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil	1	B1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Constatou-se na análise dos artigos que todos tinham o intuito de identificar rigorosamente os objetos de estudo, para obter os subsídios necessários às avaliações propriamente ditas.

Nesse sentido, o EA proporciona maior facilidade à avaliação, aumentando seus potenciais e favorecendo a racionalização dos recursos, frequentemente escassos para o processo avaliativo. O EA é substancial quando se busca o aprimoramento das intervenções, pois estas presumem o entendimento dos propósitos da avaliação, assim como a participação dos gestores e dos demais interessados em suas diferentes etapas¹⁰⁻¹².

O EA procura, por meio de análises e críticas, uma caracterização coerente de um plano para a avaliação que se seguirá, tornando-a mais consistente e provida de maior credibilidade, além de determinar o quão avaliável é naquele momento, ajudando a determinar os propósitos e o foco avaliativo e proporcionando entendimento aprofundado sobre o programa e a apreciação prévia das possibilidades de avaliação^{10,11}.

Identificou-se que os autores desenvolveram o EA de políticas e programas de saúde, entre estes: Programa + Vida, uma política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas; Programa de Controle da Tuberculose (PCT); Programa de Valorização Profissional na Atenção Básica (Provab); Rede de Formação de Recursos Humanos da Secretaria de Vigilância em Saúde (RFRH/SVS) do Ministério da Saúde; Atenção Humanizada ao Abortamento; Serviço farmacêutico na atenção primária à saúde (APS); Campanha de Olho na Visão; Programa Academia Carioca da Saúde; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH); Política ParticipaSUS; e Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH).

Portanto, os estudos analisados, referem-se à avaliabilidade de diferentes políticas, programas e serviços de saúde pública; os anos com maior quantidade de publicações foram 2010 e 2015 (3 artigos cada) e todos os artigos eram originais (Quadro 3).

Quadro 3 – Artigos selecionados para o estudo. Fortaleza, 2017.

Estudo	Título	Ano	Modalidade	Objetivos
E1	Avaliabilidade do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab): desafios para gestão do trabalho ¹⁵ .	2015	Original	Apresentar os resultados do estudo de avaliabilidade do Provab, criado pelo Ministério da Saúde em 2011.

Estudo	Título	Ano	Modalidade	Objetivos
E2	Estudo de avaliabilidade do Programa Academia Carioca da Saúde: desafios para a promoção da saúde ¹⁹ .	2015	Original	Apresentar os resultados do estudo de avaliabilidade do Programa Academia Carioca da Saúde, visando a aumentar a compreensão sobre a intervenção e maximizar a utilidade da avaliação.
E3	Serviços farmacêuticos na atenção primária no município do Rio de Janeiro: um estudo de avaliabilidade ¹⁶ .	2015	Original	Descrever as etapas do estudo de avaliabilidade dos serviços farmacêuticos na atenção primária à saúde (APS) do município do Rio de Janeiro.
E4	Estudo de avaliabilidade da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no Município de Sobral, Ceará ¹⁴ .	2014	Original	Compreender o processo de implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) no município de Sobral (CE).
E5	Avaliação da atenção humanizada ao abortamento: um estudo de avaliabilidade ¹⁸ .	2013	Original	Discutir se o conjunto de intervenções da norma constitui um programa avaliável e propor um modelo de avaliação.
E6	Identificação e caracterização dos elementos constituintes de uma intervenção: pré-avaliação da política ParticipaSUS ²⁰ .	2012	Original	Apresentar os resultados de uma pré-avaliação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS (ParticipaSUS) no âmbito da gestão federal.
E7	O Programa de Controle da Tuberculose em unidades prisionais de dois estados brasileiros ¹⁷ .	2012	Original	Avaliação de implementação do Programa de Controle da Tuberculose (PCT) em unidade prisional.
E8	Estudo de avaliabilidade da Rede de Formação de Recursos Humanos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde ¹³ .	2010	Original	Realizar um estudo de avaliabilidade da Rede de Formação de Recursos Humanos da Secretaria de Vigilância em Saúde (RFRH/SVS) do Ministério da Saúde.
E9	Um estudo sobre a avaliabilidade do Programa + Vida: política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas do município de Recife, Brasil ²¹ .	2010	Original	Aferir a avaliabilidade do Programa + Vida: política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas, de Recife.
E10	Programa nacional de eliminação da hanseníase: um estudo sobre a avaliabilidade do programa e das suas ações em âmbito estadual e municipal ²⁴ .	2010	Original	Verificar a avaliabilidade do Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH) para uma futura avaliação sistemática.
E11	Ampliação do acesso à atenção oftalmológica: um estudo sobre a avaliabilidade da campanha "De Olho na Visão", Goiás, 2004 ²³ .	2008	Original	Identificar as áreas prioritárias para avaliação sistemática da Campanha De Olho na Visão, voltada à ampliação do acesso à atenção oftalmológica no estado de Goiás, em 2004.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estudos de avaliabilidade e contribuições para modelos avaliativos de políticas e programas de saúde

Constatou-se que a aplicação do EA como método nos artigos contribuiu com a formulação de propostas avaliativas em saúde. As etapas adotadas em cada artigo foram analisadas; 6 deles utilizaram os elementos propostos por Wilfreda E. Thurston e Anila Ramaliu¹⁰: 3 destes incluíram todas as etapas recomendadas¹³⁻¹⁵ e os outros 3 artigos não incluíram todas elas¹⁶⁻¹⁸. Dentre os demais estudos selecionados, 3 artigos¹⁹⁻²¹ seguiram as etapas sugeridas por Laura C. Leviton et al.²² e os 2 artigos restantes não informaram o modelo adotado^{23,24}.

Nesse contexto, para melhor compreensão das etapas do plano de avaliabilidade utilizadas nos artigos o Quadro 4 os caracteriza segundo o modelo proposto para desenvolver o EA.

Quadro 4 – Distribuição dos artigos quanto ao modelo e às etapas propostas. Fortaleza, 2017.

Modelo	Estudos	Etapas do estudo de avaliabilidade
Wilfreda E. Thurston e Anila Ramaliu ¹⁰	E1 E4 E8	(a) descrição do programa identificando as metas, os objetivos e as atividades que o constituem; (b) identificar e rever os documentos disponíveis no programa; (c) modelagem dos recursos disponíveis, programa de atividades pretendidas, impactos esperados e conexões causais presumidas; (d) supervisão do programa ou obtenção de entendimento preliminar de como o programa opera; (e) desenvolvimento de um modelo teórico da avaliação; (f) identificação de usuários da avaliação e outros principais envolvidos; (g) obtenção de um acordo quanto ao procedimento de uma avaliação.
	E3	(a) identificar metas e objetivos da intervenção; (b) definir os potenciais envolvidos; (c) identificar e analisar documentos e delinear a intervenção – modelo lógico.
	E7	(a) análise documental para esclarecimento dos objetivos e das metas do programa; (b) identificação dos <i>stakeholders</i> ; (c) análise estratégica; (d) modelização da intervenção; (e) divulgação das lições aprendidas.
	E5	(a) delimitação do programa com a identificação de metas, objetivos e atividades; (b) construção do modelo lógico considerando recursos, atividades, impactos previstos e determinantes; (c) a definição das perguntas avaliativas, bem como a escolha do desenho da avaliação; (d) recomendações dos autores sobre o programa e a pertinência da realização da sua avaliação.
Laura C. Leviton et al. ²²	E2	(a) análise documental para esclarecimento dos objetivos e das metas do programa; (b) entrevista com os informantes-chave; (c) modelização da intervenção; (d) realização de oficina para pactuação do modelo lógico com os interessados; (e) formulação das perguntas avaliativas.
	E6	(a) entender a política como uma intervenção; (b) engajar as partes interessadas; (c) descrever a intervenção ou o programa; (d) focalizar o projeto de avaliação; (e) reunir e avaliar evidências; (f) justificar as conclusões e garantir o uso e o compartilhamento das lições aprendidas.
	E9	(a) esclarecimento dos objetivos e das metas do programa; (b) desenvolvimento e pactuação do modelo lógico com os interessados; (c) análise e comparação entre a realidade do programa e o modelo lógico; (d) elaboração de recomendações.
-	E10 E11	Não apresentaram as etapas do plano de avaliabilidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Constata-se que os modelos mais utilizados nos EA foram os propostos por Wilfreda E. Thurston e Anila Ramaliu¹⁰ e Laura C. Leviton et al.²². Desse modo, evidencia-se a maior aplicabilidade de seus pressupostos metodológicos no desenvolvimento de EA no cenário brasileiro.

Vale assinalar que Wilfreda E. Thurston e Anila Ramaliu¹⁰ e Laura C. Leviton et al.²² apontam definições e etapas distintas para os EA, embora apresentem aproximações teóricas e metodológicas, inclusive com etapas em comum. De fato, os estudos aqui analisados apontam como resultados que ambos os modelos se mostraram eficazes e essenciais para as análises de avaliabilidade empreendidas, bem como para subsidiar a construção de modelos avaliativos das políticas e dos programas de saúde em foco.

Entretanto, observa-se que os estudos em análise não apresentaram em seus resultados todas as contribuições que se espera de um EA para a construção de propostas avaliativas em saúde, o que pode decorrer do fato de que alguns autores não seguiram todas as etapas do modelo adotado. O Quadro 5 apresenta uma síntese dos produtos encontrados nos distintos EA aqui analisados.

Quadro 5 – Contribuições dos estudos de avaliabilidade no Brasil. Fortaleza, 2017.

Produtos	Estudos										
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Modelo lógico	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Modelo teórico							X	X			
Matriz de avaliação					X	X			X		X
Usuários potenciais da avaliação	X			X							

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que o modelo lógico foi predominante nos artigos, seguido pelas matrizes de avaliação, pelos modelos teóricos e pelos usuários potenciais de avaliação. Vale enfatizar que 1 dos artigos não apresentou nenhum dos produtos supracitados, constando nos resultados apenas respostas de uma entrevista semiestruturada dividida em categorias de análise. Mostra-se indispensável citar que o estudo E11 indicou que foram construídos 2 modelos lógicos, mas eles não são apresentados – constam apenas seleções de critérios para avaliação.

Desse modo, fica evidente o fato de que os EA analisados constituem contribuições relacionadas à compreensão da política e/ou do programa, sobretudo quanto à construção de modelos lógicos. No entanto, ainda são tímidos na proposição de matrizes de avaliação, a maior contribuição às práticas avaliativas em saúde, sobretudo quando se trata de políticas e programas que ainda carecem de demarcação dos objetivos, dos marcos teóricos e do alcance, bem como de indicadores que balizem sua análise.

Diante do exposto, apesar das fragilidades observadas na aplicação do método, pôde-se compreender a inserção do EA no contexto da avaliação de políticas e programas de saúde no cenário brasileiro, que consiste em um conjunto de procedimentos que precedem o processo de avaliação em si e que tem como fundamento detalhar determinado(a) política/programa/projeto/serviço e o contexto em que se encontra, tanto na parte funcional como na parte gerencial, além do escopo de suas metas e do protagonismo dos atores envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou que a literatura acerca da temática é escassa. Recomenda-se a realização de novas investigações utilizando o EA, tendo em vista a relevância de suas contribuições no contexto da avaliação no âmbito da saúde pública.

Embora os estudos selecionados tenham tomado rumos metodológicos diferenciados após a análise, constatou-se que os objetivos de cada um foram alcançados, uns em maior detalhe, outros em menor detalhe. Assim, todos apontaram a relevância do método em suas considerações.

Espera-se que a avaliação no contexto da saúde pública

cresça de modo qualificado, embasada em métodos que indiquem coerentemente o melhor caminho a seguir. Ressalta-se que a avaliação assume extrema relevância no planejamento e desenvolvimento das ações de saúde em diversos níveis (gerenciais ou assistenciais) e ela é intrínseca ao processo de trabalho no campo da saúde como um todo.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Eduardo Carvalho de Souza contribuiu com o delineamento e a realização da pesquisa e a redação do manuscrito. **José Maria Ximenes Guimarães** contribuiu com o delineamento e a realização da pesquisa e a redação e revisão do manuscrito. **Maria Rocineide Ferreira da Silva** contribuiu com a redação e revisão crítica do manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Fernandes D. Avaliação em educação: uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [serial on the internet]. 2013 [cited 2017 Jun 1];21(78):11-34. Available from: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n78/aop_0113.pdf
2. Samico I, Felisberto E, Figueiró AC, Frias PG, organizers. Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: MedBook; 2010.
3. Cruz MM. Avaliação de políticas e programas de saúde: contribuições para o debate. In: Mattos RA, Baptista TWF, organizers. Caminhos para análise das políticas de saúde. Porto Alegre: Rede Unida; 2015. p. 180-98.
4. Silva LMV. Avaliação de políticas e programas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2014.
5. Hartz ZMA, Silva LMV. Avaliação em saúde: dos conceitos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
6. Fernandes D. Avaliação de programas e projetos educacionais: das questões teóricas às questões das práticas. In: Fernandes D, organizer. Avaliação em educação: olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais (PR): Melo; 2011. p. 185-208.

7. Feitosa ANC, Oliveira CL, Duarte EB, Oliveira AM. Avaliação em saúde: uma revisão integrativa. Id On Line: Revista de Psicologia [serial on the internet]. 2016 [cited 2017 Jun 1];10(30):274-81. Available from: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/457/578>
8. Bauer A, Sousa Z. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [serial on the internet]. 2015 [cited 2017 Jun 1];23(86):259-84. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n86/0104-4036-ensaio-23-86-259.pdf>
9. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enferm [serial on the internet]. 2008 [cited 2017 Jun 1];17(4):758-64. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>
10. Thurston WE, Ramaliu A. Evaluability assessment of a survivors of torture program: lesson learned. The Canadian Journal of Program Evaluation [serial on the internet]. 2005 [cited 2017 Jun 1];20(2):1-25. Available from: <https://evaluationcanada.ca/secure/20-2-001.pdf>
11. Natal S. Avaliação da Rede de Formação de Recursos Humanos em Vigilância em Saúde: estudo de caso múltiplo - Estudo Avaliabilidade. Brasília (DF): OPAS; 2007.
12. Bezerra LCA, Cazarin G, Alves CKA. Modelagem de programas: da teoria à operacionalização. In: Samico I, Felisberto E, Figueiró AC, Frias PG, organizers. Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: MedBook; 2010. p. x-y.
13. Natal S, Samico I, Oliveira LGD, Assis AMJ. Estudo de avaliabilidade da rede de formação de Recursos Humanos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Cad Saúde Coletiva [serial on the internet]. 2010 [cited 2017 Jun 1];18(4):560-71. Available from: http://iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_4/artigos/CSC_v18n4_560-571.pdf
14. Nascimento LV, Machado WD, Gomes DF, Vasconcelos MIO. Estudo de avaliabilidade da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no Município de Sobral, Ceará. Rev Baiana Saúde Pública [serial on the internet]. 2014 [cited 2017 Jun 1];38(1):95-114. Available from: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2014/v38n1/a4433.pdf>
15. Oliveira CM, Cruz MM, Kanso S, Reis AC, Lima A, Torres RMC, et al. Avaliabilidade do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab): desafios para gestão do trabalho. Ciênc Saúde Coletiva [serial on the internet]. 2015 [cited 2017 Jun 1];20(10):2999-3010. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n10/1413-8123-csc-20-10-2999.pdf>
16. Pereira NC, Luíza VL, Cruz MM. Serviços farmacêuticos na atenção primária no município do Rio de Janeiro: um estudo de avaliabilidade. Saúde Debate [serial on the internet]. 2015 [cited 2017 Jun 1];39(105):451-68. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n105/0103-1104-sdeb-39-105-00451.pdf>
17. Oliveira LGD, Natal S, Camacho LAB. O Programa de Controle da Tuberculose em unidades prisionais de dois estados brasileiros. Cad Saúde Coletiva [serial on the internet]. 2012 [cited 2017 Jun 1];20(2):250-7. Available from: http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2012_2/artigos/csc_v20n2_250-257.pdf
18. Rocha BNG, Ucho ASAC. Avaliação da atenção humanizada ao abortamento: um estudo de avaliabilidade. Physis (Rio J) [serial on the internet]. 2013 [cited 2017 Jun 1];23(1):109-27. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v23n1/07.pdf>
19. Padilha MA, Oliveira CM, Figueiró AC. Estudo de avaliabilidade do Programa Academia Carioca da Saúde: desafios para a promoção da saúde. Saúde Debate [serial on the internet]. 2015 [cited 2017 Jun 1];39(105):375-86. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n105/0103-1104-sdeb-39-105-00375.pdf>
20. Bezerra LCA, Alves CKA, Reis YAC, Samico I, Felisberto E, Carvalho ALB, et al. Identificação e caracterização dos elementos constituintes de uma intervenção: pré-avaliação da política ParticipaSUS. Ciênc Saúde Coletiva [serial on the internet]. 2012 [cited 2017 Jun 1];17(4):883-900. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n4/v17n4a11.pdf>
21. Medeiros PFP, Bezerra LCA, Santos NTV, Melo EO. Um estudo sobre a avaliabilidade do Programa + Vida: política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas do município de Recife, Brasil. Rev Bras Saúde Matern Infant [serial on the internet]. 2010 [cited 2017 Jun 1];10(1):S209-S217. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v10s1/18.pdf>
22. Leviton LC, Collins CB, Laird BL, Kratt PP. Teaching evaluation using evaluability assessment. Evaluation. 1998;4(4):389-409.
23. Lima LRF, Silva LMV. Ampliação do acesso à atenção oftalmológica: um estudo sobre a avaliabilidade da campanha "De Olho na Visão", Goiás, 2004. Ciênc Saúde Coletiva [serial on the internet]. 2008 [cited 2017 Jun 1];13(2):2059-64. Available from: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/1536/1/artigo%20repositorio1.pdf>
24. Costa VHMV, Cavalcanti LA, Faria-Junior JAD, Kitaoka EG, Mascarenhas GS, Mascarenhas NB, et al. Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase: um estudo sobre a avaliabilidade do programa e das suas ações em âmbito estadual e municipal. Rev Baiana Saúde Pública [serial on the internet]. 2010 [cited 2017 Jun 1];34(3):450-67. Available from: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2010/v34n3/a1886.pdf>

Recebido em 17/08/2017 Aprovado em 12/10/2017

